

“Entre Santa e Santo, parede de cal e canto”: contributo arqueológico para a interpretação das remodelações estruturais da Igreja do Convento da Saudação (Montemor-o-Novo)

Rúben BARBOSA¹²⁰

Resumo

Apresentam-se os resultados do acompanhamento arqueológico efetuado na Igreja do Convento da Saudação em Montemor-o-Novo, decorrentes das obras de intervenção de salvaguarda, conservação e reforço das fundações e estruturas do edifício. A remoção dos azulejos e as demolições dos edifícios adjacentes revelaram novos dados, patenteados numa sala omissa e no arco de descarga do campanário, que nos permitem traçar as diferentes fases de construção e remodelação a que a Igreja foi sujeita, desde a sua fundação (início do século XVI) até à implantação do Asilo de Infância Desvalida (finais do século XIX).

Palavras-chave: Convento; Igreja; Sacristia; Campanário; Demolições

Abstract

This article presents the results of the archaeological monitoring carried out at the Church of the Convento da Saudação, in Montemor-o-Novo., derived from the intervention works to safeguard, conserve, and strengthen the foundations and structures of the building. The removal of the tiles and the demolition of the adjacent buildings revealed new data patented in an omitted room and a discharge arch of the belfry, which allowed us to trace the different phases of the construction and remodelling to which the Church was subject, since its Foundation (beginning 16th Century) until the implementation of the Asilo da Infância Desvalida (late 19th Century).

Keywords: Convent; Church; Sacristy; Belfry; Demolitions

¹²⁰ Clay Arqueologia, Lda. – rubenbarbosa@clay.pt

1. Contextualização do projeto

Entre finais de 2019 e meados de 2020 decorreu, em Montemor-o-Novo, a intervenção de salvaguarda, conservação e reforço das fundações e estruturas do Convento da Saudação. O projeto visou a realização de diferentes trabalhos divididos em duas fases de execução distintas: uma primeira destinada à realização de prospeções geotécnicas com vista à caracterização estrutural e geométrica de algumas zonas específicas, tanto a nível parietal como de pavimentos; e uma segunda associada à intervenção propriamente dita que englobou o reforço dos alicerces conventuais; a colmatação de fissuras ou anomalias parietais; a demolição de um edifício devoluto e em elevado risco de colapso; e a escavação de uma vala de drenagem, no exterior do Convento.

A primeira fase dos trabalhos supra referidos previu o acompanhamento arqueológico da escavação mecânica de onze (11) poços de inspeção; da realização de quatro (4) sondagens em paredes de alvenaria; e da execução de uma (1) sondagem de prospeção em pavimentos e abóbadas, localizada na ala Sul do deambulatório do Claustro, coincidente com a abóbada do túnel de acesso à Igreja. Durante a segunda fase da intervenção foi realizado o acompanhamento arqueológico de todos os trabalhos que envolveram a remoção/movimentação de terras e a demolição das demais estruturas. Assim, foram registados todos os trabalhos relativos à escavação mecânica e manual de cinquenta (50) caboucos destinados à construção de sapatas de reforço ou vigas de coroamento de micro-estacas, localizados por toda a área conventual; a demolição de um edifício, situado no Pátio das Noviças, e de paredes e/ou muros avulsos; a escavação mecânica de uma vala de drenagem; e a abertura de vários roços, em diversas paredes dos demais pisos que compõem o Convento, para injeção de caldas de modo a colmatar as anomalias identificadas.

2. Caracterização do quadro geográfico

O Convento da Nossa Senhora da Saudação situa-se no Castelo de Montemor-o-Novo, sediado na União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, concelho de Montemor-o-Novo, distrito de Évora. Localiza-se na folha 447 da Carta Militar de Portugal (CMP) e possui as seguintes coordenadas geográficas: 38.642550/-8.215836 (Fig.1). Em termos geomorfológicos dispõe-se no topo ondulado de uma colina com encostas escarpadas, com cerca de 300m de altitude, com extenso domínio visual para o quadrante Norte e com relativa proximidade ao rio Almansor,

que corre a Sudoeste. Estas características estão bem evidenciadas na própria arquitetura conventual cujos muros da cerca funcionam como paredes de suporte que acompanham os desníveis do espaço. Geologicamente, a área situa-se nas Zonas da Ossa Morena e Sul Portuguesa, duas das grandes unidades paleogeográficas e geotectónicas em que se divide o Maciço Hespérico. Segundo a folha 35-D da Carta Geológica de Portugal (CGP), a parte mais antiga de Montemor-o-Novo, a que corresponde à antiga vila intramuros, onde se localiza o Convento da Saudação (Fig.2), foi edificada em três pequenas elevações constituídas, essencialmente, por quartzitos negros (Carvalhosa & Zbyszewski, 1994, p.72).



Figura 1. Localização do sítio na CMP 447

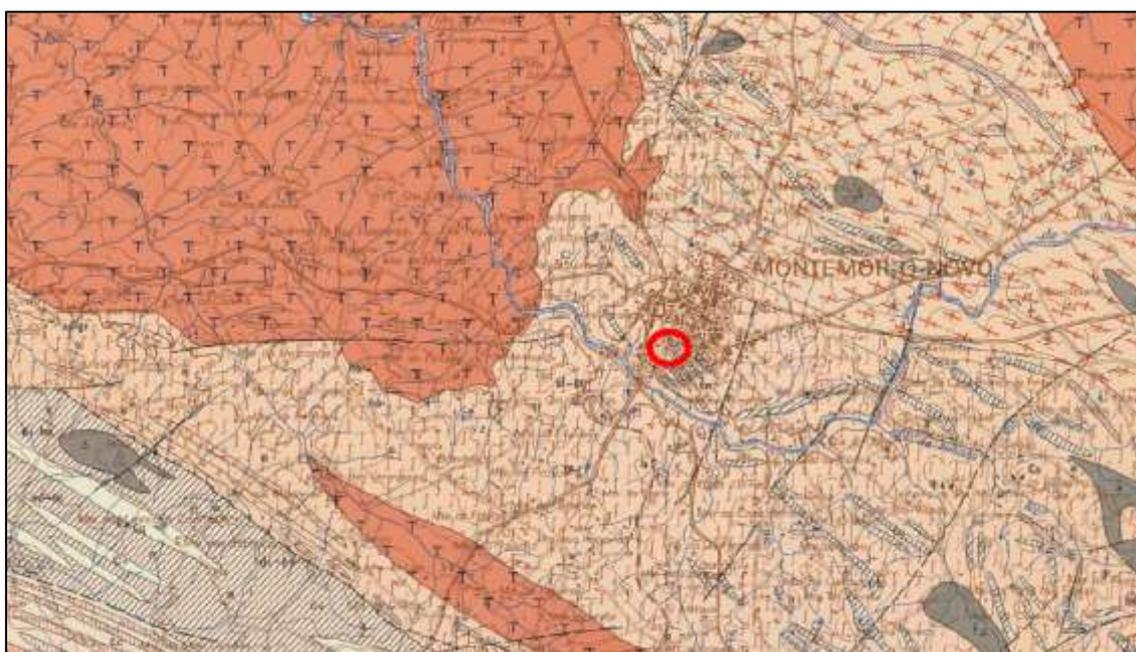


Figura 2. Localização do sítio na CGD 35-D

3. De Convento a Asilo de Infância Desvalida: breve resenha histórica

Apesar de não passar pelo objetivo principal do presente estudo, até porque já foram elaboradas abordagens mais descritivas sobre o assunto (Fonseca, 1994-1995; Portela & Queiroz, 2002), será feita uma breve resenha histórica do local como meio de contextualização dos vestígios que foram identificados e que serão apresentados a posteriori.

A região de Montemor-o-Novo abarca múltiplos vestígios que nos permitem traçar uma longa diacronia que se estende, pelo menos, desde a Idade do Ferro até à atualidade. Segundo as informações disponíveis, a área foi integrada num castro romanizado e os diversos trabalhos realizados permitiram identificar um conjunto de material, maioritariamente, atribuível à época imperial: uma lápide funerária, datada do século II d.C.; estátuas; e medalhas de prata e bronze, cuja baliza cronológica está limitada entre o século II e IV d.C. (Resende, 1985, p.14). Durante o período muçulmano terá existido uma povoação fortificada da qual terá resultado a estruturação do espaço urbano intramuros. Durante a Reconquista Cristã, a povoação foi definitivamente conquistada por D. Sancho I que, não só, procedeu ao seu repovoamento como, também, lhe outorgou a primeira Carta Foral (Pereira, 2004, p.214). António de Andrade descreve que, desde então, a vila “... passou as duas primeiras centúrias como agregado em crescimento, sem sobressair muito, de entre as terras de mediano movimento social” (Andrade, 1979, p.163). A génese do topónimo é evidenciada na **Memória Paroquial de 1758, onde se descreve que o principal povoador “(...) e primeiro Alcaide-mor Pelágio Peres lhe concervou o nome do citio e para distinção de uma outra villa do seu nome, quis se chamace Monte-mor o novo” (MEMÓRIA PAROQUIAL DE MATRIZ, MONTEMOR-O-NOVO, 1758, p.1431)**. É, também, durante o reinado de D. Sancho I que é iniciada a construção de uma nova fortificação e da alcáçova, mas foi com D. Dinis que se procedeu a grandes obras de estruturação que culminaram com a construção da muralha da vila. Mais tarde, Montemor-o-Novo é integrado no senhorio doado por D. João I a D. Nuno Álvares Pereira e durante o século XV foi palco das Cortes de 1496, nas quais Vasco da Gama ultimou os planos da sua viagem à Índia. Durante este período sabe-se, porém, que a vila possuía quatro portas, provavelmente as mesmas que são elencadas na Memória Paroquial de 1758: a Porta de Évora, a Sudeste; a Porta de Santiago, a Este; a Porta da Vila, direcionada a Norte; e a Porta do

Anjo, a Oeste (MEMÓRIA PAROQUIAL DE MATRIZ, MONTEMOR-O-NOVO, 1758, p.1431).

As visitas régias e a sua localização geográfica, nas proximidades de importantes eixos viários de ligação Norte-Sul e Este-Oeste, resultaram no desenvolvimento urbano e populacional necessário para o avanço dos planos de edificação do Convento da Saudação. Neste prisma são conjugadas duas causas distintas, mas que ditaram o impacto necessário para a construção do Convento: primeiro a recolha de uma congregação de mulheres, lideradas por Joana Dias Quadrada, numa das casas da vila; segundo, a doação das habitações herdadas por D. Mécia de Moura, após a morte dos pais, D. Álvaro de Brito e D. Leonor de Moura, a esta congregação, após a morte do marido, D. Nuno de Castro, e da filha, D. Maria. Apesar da Memória Paroquial referenciar o ano de 1501 como início da fundação do Convento (MEMÓRIA PAROQUIAL DE MATRIZ, MONTEMOR-O-NOVO, 1758), a bibliografia aponta para o ano de 1502, altura em que as mulheres recolhidas ficaram providas de rendimentos suficientes com vista à construção do edifício (Portela & Queiroz, 2002, p.56). A esta causa foi associado o privilégio do, então, monarca português D. Manuel I, que outorgou a segunda Carta Foral da vila, em 1503, cujo apoio se destaca na Memória Paroquial: **“Nesta freguezia está o convento das Religiozas Dominicas de Nossa Senhora da Saudação fundádo por Donna Mecia de Moura pelos anos de 1501 e por beneplacito do Senhor Rey Dom Manoel, que quis foce hum dos doze Conventos desta Ordem, que o Summo Pontifece lhe concedeo fundar neste Reyno”** (MEMÓRIA PAROQUIAL DE MATRIZ, MONTEMOR-O-NOVO, 1758, p.1449). Esta realidade, aliás, ficou registada numa carta do monarca ao município de Montemor-o-Novo a aconselhar a sua colaboração na obra de Mécia de Moura: **“Vimos esta carta que nos enviastes acerca do mosteiro que dona Mécia de Moura em essa vila quer edificar (...) E porque nós somos disso muito contente por ser mui necessário em uma tal vila, queremos que se faça e seja do conto dos doze que o Santo Padre nos deu licença para fazermos novamente nestes reinos (...) e pois é coisa que tanto há de enobrecer essa vila, encomendamo-vos muito que toda a ajuda que lhe for de vós necessária para que se acabe, que vós lha quírais dar (...) e encomendamos que prossigais na obra do dito mosteiro até ao fim dele”** (Portela & Queiroz, 2002, p.62).

Não obstante, supõe-se que este pedido se tenha relacionado com o acelerado ritmo de despovoamento da vila intramuros, que já se observava, pelo menos, desde o reinado de D. Pedro I que tentou estabelecer uma série de medidas face a esta adversidade, tal

como aliás D. Fernando, ulteriormente (Andrade, 1977, p.5), e que se agravou após a expulsão dos judeus, e da sua atividade comercial do interior da vila velha, já durante o reinado de D. Manuel I. Com a consolidação da paz no Reino e o florescimento comercial, a população, sob um sentimento de maior segurança, começou a sentir grande atração pela parte baixa, ou seja, pelo arrabalde de onde se poderia retirar maior proveito e rendimento. Assim, começou-se a formar, nas imediações da confluência viária, um novo núcleo. Tendo em consideração o ritmo de abandono, a vila intramuros começou por manter, apenas, dois pontos de atração: o primeiro relacionado com a vida religiosa, dado que era neste espaço onde se localizavam grande parte das Igrejas e dos locais de enterramento (neste caso, em concreto, excetua-se a Ermida de S. Vicente, de menor dimensão em relação às restantes, que se localizava no arrabalde); o segundo relacionado com a vida administrativa que, de certa forma, contraria o objetivo de fixar a população na vila velha – a atividade comercial intramuros estava mais subordinada a esses poderes o que favorecia a opção de vivência no arrabalde.

Assim, o apoio para a construção do Convento promovido por D. Manuel I poderá ter sido um dos meios utilizados pelo monarca com vista ao apaziguamento do despovoamento a que se alastrava na altura, tornando-se numa medida de fixação de população e serviços na parte alta e mais antiga de Montemor-o-Novo. Um outro fator que poderá, eventualmente, demonstrar esta necessidade prende-se à reforma da antiga Igreja de Santa Maria da Vila, que nos permite realçar a tentativa de manutenção da vida religiosa na vila intramuros. Todavia, o sintoma de despovoamento foi bastante precoce dado que nos inícios da centúria de Dezasseis foi promovida a construção da Igreja da Misericórdia no arrabalde, no local de implantação da antiga Ermida de S. Vicente, culminando com a transferência das paróquias para a parte baixa da vila, um século depois (Portela & Queiroz, 2002, p.67).

Para além do apoio de D. Manuel I, o Convento beneficiou, ainda, de outras ajudas **régias posteriores ao reino d'O Venturoso. D. João IV, D. José e D. Maria I concederam** diversos privilégios que permitiram a manutenção da casa religiosa (Fonseca, 1994-1995, p.407).

Carateristicamente, o Convento tratar-se-ia, então, de um Mosteiro feminino cujos vestígios primitivos da sua construção se dispersam e se perdem pelas alterações efetuadas nos séculos subsequentes. Todavia, o portal que dá acesso à antiga portaria

é tipicamente manuelino, decorado com esfera armilar, expoente máximo desse estilo, tal como acontece com a entrada a Igreja. Neste último caso estamos perante um portal renascentista que contrasta com os degraus em granito e paramentos da parede em alvenaria. Esta portaria, assim como parte da Igreja, são de estilo manuelino. As diversas obras efetuadas ulteriormente culminaram na robusta obra arquitetónica que hoje se destaca na paisagem: durante o século XVI, mais concretamente em 1558 foram adquiridas habitações, a Lourenço Pantoja e sua mulher D. Leonor, destinadas à implantação da Vigararia (Fonseca, 1994-1995, p.405); a partir de 1560 iniciou-se o processo com vista à construção do dormitório das freiras com necessidade de recorrer a alterações na via pública (Fonseca, 1994-1995, p.405); em 1596 ficou estabelecida a construção de uma Enfermaria e, conseqüentemente, da Ala Nascente do Convento (Fonseca, 1994-1995, p.406); nos finais do século XVI e inícios do século XVII foram ultimados os planos para construção da Ala Poente que, para além de enobrecer a fachada principal, permitiu, também, envolver um terreno central formando-se, na mesma medida, uma praça de terreiro (Portela & Queiroz, 2002, p.82), atualmente conhecida como Praça do Mosteiro.

Destaca-se, contudo, neste elenco a construção do Claustro durante o reinado de D. João III, na primeira metade do século XVI. Inicialmente esta edificação adaptou-se ao espaço e aos volumes pré-existentes tendo como limites a Sala do Capítulo a Este, as paredes da Igreja a Sul e o corpo conventual a Norte. A Oeste ficou delimitado pela ala dos dormitórios das freiras que terá sido construído posteriormente, como foi descrito anteriormente (Portela & Queiroz, 2002, p.77).

No que concerne à Igreja conventual, a sua construção parece ter sido iniciada no reinado de D. Manuel I apesar de não existirem elementos manuelinos ou tardogóticos, com exceção do portal e de dois pilares, atualmente forrados a azulejo, que permitam corroborar essa realidade. No corredor de acesso ao Coro Baixo, que parte do Claustro, são, ainda, perceptíveis as coberturas nervuradas quinhentistas, tal como acontece com a pia de água benta. Tudo o resto parece estar datado do último quartel do século XVI e inícios do primeiro quartel do século XVII (Portela & Queiroz, 2002, p.81). Tal poderá estar associado à reforma promovida pelo oitavo alcaide-mor, D. Fernão de Mascarenhas, que negociou, na mesma instância, a construção de um jazigo familiar, sob o Coro Alto. O monumento foi mandado erigir após a morte da sua segunda esposa, D. Catarina de Lencastre, tendo-se, então, firmado um contrato com a comunidade (Fonseca, 1994-1995, p.407).

No decorrer dos séculos XVII e XVIII houve continuidade nas obras associadas, sobretudo, a remodelações estruturais do Convento. No século XIX, após a extinção das Ordens Religiosas, em 1834, o Convento manteve o seu funcionamento até à morte da sua última freira, após a qual passou para posse da Fazenda Nacional. A última priora, Maria Velez, ainda efetuou algumas obras de reabilitação dos espaços conventuais, como é exemplo a beneficiação do pavimento do deambulatório inferior do Claustro, em 1871, como, aliás, ainda está gravado no local. A morte desta, em 1876, encorajou alguns promotores da ideia relativa à criação de um asilo para a infância desvalida. Estes optaram por escolher o Convento da Nossa Senhora da Sudação para a sua instalação. Note-se que a prática associada à criação destes asilos era recorrente no Alentejo durante a segunda metade do século XIX. O Asilo de Infância Desvalida foi inaugurado em 1876, destacando-se Joaquim José Faísca como principal promotor da obra (Portela & Queiroz, 2002, p.90). Posteriormente foram realizadas novas intervenções de modo a adaptar o edifício às novas funcionalidades tendo as principais alterações sido levadas a cabo no decorrer dos anos de 1882 e 1883. Entre estas destaca-se a abertura da atual porta que liga a Praça do Mosteiro ao interior do edificado, nomeadamente ao deambulatório superior do Claustro, apesar das semelhanças crono-estilísticas setecentistas, assim como a remodelação do antigo dormitório das freiras, transformado, por ocasião, no refeitório do Asilo com a incrementação de novos painéis azulejares e com a colocação de uma pia ou lava-mãos (Portela & Queiroz, 2002, p.92).

Em 1973, e tendo em consideração o estado de degradação do Convento, o Asilo cessa a sua função. Desse período adiante o monumento é abandonado e as marcas daí resultantes permitem-nos supor uma acelerada deterioração assente não só em fatores naturais como também antrópicos, onde se podem elencar as diversas vandalizações e destruições daí resultantes. Saliente-se, contudo e sobretudo, que o edifício foi declarado Monumento Nacional segundo o Decreto nº38/147, DG, 1ª Série, nº4, de 5 de Janeiro de 1951 (edifício do Asilo da Infância Desvalida, instalado no antigo Convento) e incluído na Zona Especial de Proteção do Castelo.

4. A demolição do edifício em colapso no Pátio das Noviças



Figura 3. Demolição do edifício em colapso no Pátio das Noviças.

O edifício contíguo ao antigo refeitório do Asilo de Infância Desvalida (ou dormitório das freiras durante o funcionamento da casa religiosa) e à Igreja, localizado no Pátio das Noviças, foi alvo de um processo cauteloso de demolição, através da utilização de martelo elétrico, devido ao seu degradante estado de conservação (Fig.3). Deste modo, e tendo em consideração o desenvolvimento do trabalho, foi possível distinguir duas fases distintas de construção bem patenteadas nas paredes do edificado, tanto no piso 1 como no piso 2. As paredes do edifício obedeciam a cânones construtivos idênticos à base de alvenaria de pedra ordinária ligada por abundante argamassa alaranjada, pouco friável, mas a demolição do piso 2 revelou a existência de vestígios e marcas que nos apontam, temporalmente, para uma fase mais avançada da sua construção, certamente durante a época de inserção do Asilo de Infância Desvalida. Neste caso, as **paredes exteriores, somente deste piso (u.e's 3000, 3002 e 3006) encontravam-se adossadas tanto ao refeitório (u.e.3038) como à parede do Coro Alto (u.e.3009)** demonstrando, então, que este edifício foi construído posteriormente em relação às restantes estruturas contíguas. Para além disso foram identificados três tipos de

pavimento em tijoleiras ligadas por argamassa (u.e's 3050, 3058 e 3059) que nos remetem para as diferentes assoalhadas que compunham este espaço e quatro paredes interiores (u.e's 3040, 3041, 3046 e 3047) que demarcavam a existência de duas salas contíguas a Sul do antigo refeitório e que serviam como espaços de armazenamento, e de uma pequena sala destinada à implantação de um reservatório de água (u.e. 2042), que abastecia o lava-mãos cuja interface (u.e. 3043) cortou a parede Sul do refeitório [3038]. Neste prisma, e tendo em consideração a relação dos vestígios identificados com as remodelações efetuadas nos inícios do estabelecimento do Asilo de Infância Desvalida no local, foi, também, identificada a canalização, em cerâmica (u.e. 3054), de transporte ou despejo de águas provenientes do pequeno fontanário acima referido.

Durante o processo que reverteu à remoção das abóbadas das demais assoalhadas foi identificado um arco de descarga de forças (u.e. 3037). Esta estrutura (Fig.4 a 6) corresponde ao assentamento do campanário original situado, exatamente, na **localização descrita por Ana Margarida Portela e Francisco Queiroz: “(...) pois o campanário primitivo ficava imediatamente a Sul do dormitório, no telhado da escadaria (...)”** (Portela & Queiroz, 2002, p.81). A estrutura encontrava-se bastante fragilizada, caracterizada por diversas fraturas que inviabilizavam a sua manutenção. Foi identificado, especificamente, após a remoção de duas pequenas abóbadas correspondentes aos tetos do corredor (u.e. 3034) e à sala do reservatório (u.e. 3035) servindo de suporte à parede Sul desta última assoalhada (u.e. 3036). No decorrer da intervenção foi, também, possível estabelecer relações entre este arco e as restantes paredes, encontrando-se este adossado tanto à parede Sul do refeitório do asilo (dormitório das freiras ao tempo conventual) [3038], como à parede Norte do Coro Alto [3009], pelo que a sua construção será ulterior em relação às estruturas supra citadas. Carateristicamente, tratava-se de uma estrutura constituída por tijoleiras ligadas por argamassa de tonalidade acinzentada, pouco friável rebocada e pintada, estando bastante compacta junto à parede Norte do Coro Alto. A pintura, apesar de pequenos desgastes em alguns pontos, apresentava motivos vegetalistas elaborados a vermelho, verde e amarelo sobre fundo branco com medalhão central (este coberto pela parede Sul da sala do reservatório de água do lava-mãos [3036]), no qual foi pintada uma data alusiva ao século XVII – foi possível observar esta realidade, ainda que momentaneamente, após a remoção cuidada de alguns tijolos maciços que serviam de cunha da parede que, ainda, sustentava o arco. Apesar das dúvidas resultantes de todo este processo, e tendo em consideração o estado de degradação das estruturas, a data

pintada parecia indicar o ano de 1676. No decurso da intervenção verificou-se que o pavimento do campanário (u.e. 3039), situado sobre a parede do Coro Alto, assentava diretamente na estrutura atrás retratada, o que, de certo modo, facilitou a interpretação dos vestígios.



Figura 4. Identificação do arco de descarga do campanário [3037]



Figura 5. Vista geral sobre o arco de descarga do campanário [3037]



Figura 6. Pormenor do arco de descarga do campanário [3037]

No que respeita ao piso 1, observou-se que as realidades parietais se representavam coevas em relação à construção tanto do refeitório do asilo como da Igreja. Isto é, as **paredes do edificado** (u.e's 3012, 3016 e 3025) foram construídas simultaneamente, estando, portanto, ligadas entre si. Neste caso, em concreto, apenas foram identificados **vestígios relativos a vãos de portas** (u.e's 3014, 3018 e 3026) selados, **paredes interiores** (u.e's 3052 e 3055), **abóbadas** (u.e. 3053) com descarga em arcos de sustentação de forças (u.e's 3056 e 3060) e um **nicho** (u.e. 3023), também ele selado. Saliente-se, contudo, a existência de **carrego** (u.e. 3051) entre o piso 1 e o piso 2 sobre o qual foi, também, identificado um nível de entulho (u.e. 3031), resultante do colapso parcial do pavimento do piso 2 (abóbada do piso 1), de onde foi recolhido um almofariz em mármore decorado com seis aletas, associado a produções dos séculos XVIII-XIX, mas que se encontrava, naturalmente, descontextualizado (Fig.7).

Por fim, foi ainda demolida a parede Este (u.e. 3021) de um pequeno edifício, adossado à parede Oeste do Coro Alto (u.e. 3008), que se apresentava bastante fragilizado e degradado. Esta área funcionou como instalação sanitária tendo em consideração que foram identificados vestígios in situ de latrinas revestidas a azulejo (u.e. 3061) e **canalizações em grés** (u.e's 3028 e 3062). A assoalhada estava associada ao período de ocupação do espaço durante os séculos XIX e XX, estando, também, adossada ao muro

exterior do Pátio das Noviças (u.e. 3064). O pavimento tinha como base uma preparação argamassada (u.e. 3029), que cobria um carregó (u.e. 3030), do qual foram exumados fragmentos de loiça decorada pela técnica transfer printing que se desenvolve a partir da segunda metade do século XVIII (Silva, 2017, p.63-64).



Figura 7. Almofariz em mármore decorado com seis aletas (séculos XVIII-XIX), recolhido do depósito de entulho [3031]

5. A intervenção no interior da Igreja

O interior da Igreja do Convento da Saudação foi intervencionado, somente, pela equipa de conservação e restauro com vista à remoção dos painéis azulejares que ornamentam as paredes. Apesar de não existir qualquer trabalho, relativo à intervenção propriamente dita, programado para o espaço, a identificação de vestígios sobre os azulejos, da parede Norte da Igreja, merece menção. Importa referir que a remoção dos painéis (u.e. 6000), datados do século XVII, permitiu identificar uma sala de planta quadrangular (u.e. 6005) com paredes rebocadas, encontrando-se em excelente estado de conservação (Fig.8 e 9). A porta (u.e. 6006), com aduelas graníticas, e a janela (u.e. 6009), ambas localizadas na parede Sul da dita sala, foram seladas por tijoleiras ligadas por argamassa de tonalidade acinzentada, pouco friável (u.e. 6008 e 6010). Na parede Oeste observou-se a presença de um pequeno nicho (Fig.10 e 11)

provavelmente associado à implantação de uma pia, existindo, na mesma medida, no chão, restos de uma estrutura semelhante a uma conduta cerâmica por onde, certamente, escorreria a água.



Figura 8. Identificação da porta da sala [6005]



Figura 9. Parede Norte da sala [6005]



Figura 10. Parede Oeste da sala [6005] com inclusão do nicho



Figura 11. Pormenor do nicho localizado na parede Oeste da sala [6005]



Figura 12. Parede Sul da sala [6005] com inclusão da janela e da porta, ambas seladas



Figura 13. Parede Este da sala [6005] com materiais in situ em primeiro plano

O pavimento (u.e. 6011) é constituído por tijoleiras apresentando-se em excelente estado de conservação. Na extremidade Este foi identificada uma panóplia de material

in situ: uma taça ou cálice, dois testos, quatro argolas, diversos alfinetes e uma tacha, espalhados pelo espaço em geral, restos de metal e fragmentos de vidro (Fig.14 e 15).



Figura 14. Materiais cerâmicos in situ identificados no interior da sala [6005]



Figura 15. Argolas metálicas com liga de cobre in situ identificadas no interior da sala [6005]

Não obstante, tendo em consideração o desnível de circulação entre esta assoalhada e a capela-mor da Igreja, observou-se que o pavimento de circulação atual da segunda (u.e. 6004), em tijoleiras, se encontra adossado ao enchimento da porta da primeira o que demonstra a sua posterior construção, provavelmente associada à reforma patrocinada pelo alcaide-mor D. Fernão de Mascarenhas durante o século XVII.

5.1 O material arqueológico recolhido

Tendo em consideração o descrito anteriormente, após a identificação da sala, omissa sob os painéis azulejares da capela-mor da Igreja, observou-se a existência de diverso material de interesse arqueológico ainda in situ. Os exemplares cerâmicos correspondem, claramente, a produções locais (Montemor-o-Novo) como se atesta pela pasta bastante porosa com enorme concentração de pedras de pequena dimensão de onde sobressai o quartzo: englobamos nesta esfera os dois testos identificados, caracterizados por corpo troncocónico e lábio semicircular sem pega central, mas de diferentes dimensões e uma taça ou cálice de pé alto e anelar que, ao que tudo indica, parece corresponder a uma forma ainda não catalogada (vd. Gomes & Casimiro, 2015, p.140-143). Na imediata envolvência destes achados encontravam-se, também, quatro argolas metálicas com liga de cobre (Fig.15). Não obstante, uma análise mais aprofundada ao piso de circulação da sala resultou na identificação de seis alfinetes, uma tacha e diversos fragmentos de metal bastante oxidado assim como de algum, ainda que escasso, vidro.

O facto de estarmos perante uma área selada no decorrer do século XVII, tal como se atesta pela produção azulejar que reveste as paredes interiores do espaço religioso, e consequentemente o enchimento da porta da sala, poderemos afirmar estar perante produções decorrentes dos séculos XV ou XVI. Existem, mormente, referências que **destacam “(...) a presença [durante o século XV], em Montemor-o-Novo, de oleiros e fornos de louça (1443), tal como a tenda onde aquela se vendia (...)”** (Gomes & Casimiro, 2015, p.137). No decorrer do século XVI continuam a documentar-se a existência de oleiros na vila de Montemor-o-Novo assistindo-se, já no século XVII, a um desenvolvimento produtivo resultante da apreciação a que este tipo de cerâmica era sujeito.



Figura 16. Exemplo de alfinete in situ identificado no interior da sala [6005]



Figura 17. Taça ou cálice com pé alto e anelar de cerâmica regional (séculos XV-XVI), recolhida no interior da sala [6005]



Figura 18. Testos sem pega central de cerâmica regional (séculos XV-XVI), recolhidos no interior da sala [6005]



Figura 19. Argolas metálicas com liga de cobre, recolhidas no interior da sala [6005]



Figura 20. Alfinetes e tacha, recolhidos do interior da sala [6005]

6. Considerações finais

Os vestígios identificados no decorrer da intervenção de salvaguarda, conservação e reforço das fundações e estruturas do Convento da Saudação demonstram uma clara diacronia construtiva que se desenrolou ao nível da arquitetura da Igreja e dos seus edifícios contíguos. A sala [6005] identificada na extremidade Norte da capela-mor levanta algumas questões quanto à sua funcionalidade. Durante a abordagem final dos dados recolhidos foi colocada a hipótese de se tratar de uma antiga Sacristia abandonada em função das intervenções ocorridas no século XVII (Barbosa, 2020, p.112). Todavia, a recolha de diversos alfinetes permite-nos tecer uma nova funcionalidade para o espaço associada à preparação e amortalhamento dos corpos dos defuntos antes de prosseguirem para a sepultura. Neste caso, os materiais identificados e recolhidos durante a intervenção poderão estar relacionados com essa realidade, assim como o nicho identificado na parede Oeste da sala onde, certamente, se localizou uma pia destinada ao armazenamento, ainda que momentâneo, de água.

As datas gravadas tanto no arco de descarga do campanário [3037], identificado durante a demolição do edifício devoluto sito no Pátio das Noviças, como num dos arcos de descarga de forças da abóbada da Igreja permitem supor a envergadura das obras

promovidas pela reforma patrocinada por D. Fernão de Mascarenhas no século XVII, altura em que manda erigir, também, o seu jazigo familiar. As remodelações parecem, então, ter abarcado toda a Igreja: o abandono da antiga sala [6005], que poderá ter correspondido a uma Sacristia e/ou a uma área de preparação dos corpos post mortem; a subida cota de circulação e a construção de uma nova (a atual) Sacristia com piso a esse nível topográfico; o revestimento parietal com painéis azulejares [6000]; e a renovação ou reforço da abóbada que englobou a, conseqüente, construção do campanário e do seu arco de descarga de forças [3037].

Grande parte destas remodelações perduraram até à data. Todavia a modificação de áreas específicas com vista à implantação do Asilo de Infância Desvalida, no decorrer do século XIX, resultou na construção do piso 2 do edificado, como espaço dedicado à implantação do reservatório de água, destinado ao abastecimento do lava-mãos do refeitório. A fundação deste espaço e a conseqüente construção de novas abóbadas e paredes, ditou o abandono visual do arco [3037] que, ainda assim não perdeu a sua funcionalidade, apesar do estado de degradação em que se encontrava.

Bibliografia

Fontes:

MEMÓRIA PAROQUIAL DE MATRIZ, MONTEMOR-O-NOVO, 1758

Bibliografia geral:

- ANDRADE, A. A. B. (1977) - Breve história das ruínas do antigo burgo e concelho de Montemor-o-Novo. *Cadernos de História de Montemor-o-Novo*. 3. Évora. Edição do Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo e de «A Defesa»
- ANDRADE, A. A. B. (1979) - Montemor-o-Novo, vila regalenga (Ensaio de história da Administração local). *Cadernos de História de Montemor-o-Novo*. 8-9. Lisboa: Edição do Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo e da Academia Portuguesa de História.
- BARBOSA, R. (2020) - *Relatório Final – Acompanhamento Arqueológico – Convento da Saudação: Intervenção de salvaguarda, conservação e reforço das fundações e estruturas – Montemor-o-Novo*. Amora: Clay Arqueologia.
- CARVALHOSA, A.; ZBYSZEWSKI, G. (1994) - *Notícia explicativa da folha 35-D – Montemor-o-Novo*. Lisboa: Departamento de Geologia – Instituto Geológico e Mineiro.

- FONSECA, J. (1994-1995) - O Mosteiro de Nossa Senhora da Saudação de Montemor-o-Novo – Fundação e patrocínio régio. *A Cidade de Évora – Boletim de Cultura da Câmara Municipal*. 1. II Série. Évora: Câmara Municipal de Évora.
- GOMES, M. V.; CASIMIRO, T. M. (2015) - A cerâmica de Montemor-o-Novo – características e difusão (séculos XVI-XVIII). *Almansor – Revista de Cultura*. 1. 3ª Série. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.
- PEREIRA, M. (2008) - Intervenção arqueológica em Santa Maria da Vila no Castelo de Montemor-o-Novo. Um balanço de 5 anos de escavações. *Almansor – Revista de Cultura*. 7. 2ª Série. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.
- PORTELA, A. M.; QUEIROZ, F. (2002) - Contributos para a História da Arquitectura e do Urbanismo em Montemor-o-Novo, do século XVI ao século XIX: I – Convento de Nossa Senhora da Saudação; II – O Cemitério de S. Francisco. *Almansor – Revista de Cultura*. 1. 2ª Série. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.
- RESENDE, T. (1985) - Escavações arqueológicas no Castelo de Montemor-o-Novo. *Almansor – Revista de Cultura*. 3. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.
- SILVA, V. R. (2017) - *A faiança fina e o comportamento de consumo na fazenda São Bento e Engenho Jaguaribe no século XVIII-XIX na Sesmaria Jaguaribe, Litoral Norte de Pernambuco*. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Pernambuco/ Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Arqueologia, Recife

Cartografia:

Instituto Geográfico de Portugal (2009), Carta Militar de Portugal, 1:25 000, fl. 447

LNEG, Carta Geológica de Portugal, 1: 50 000, fl. 35-D

Webgrafia:

Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais - <http://www.monumentos.pt>